



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

**QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS
SUPERFICIAIS - CTASP**

1 A quarta reunião ordinária da Câmara Técnica de Águas Superficiais- CTASP
2 teve lugar na SEMA, 14º andar, Sala de Reuniões do Gabinete, Av. Borges de
3 Medeiros, 261 - Centro Histórico - Porto Alegre, no dia dezessete de maio de dois
4 mil e dezoito, às 14h. **Membros Presentes: Eduardo Condorelli** – Presidente –
5 Representante Comitê Negro; **Julio Salecker** – Vice-Presidente – Representante
6 Comitê Taquari-Antas; **Ivan Viana** – Representante Comitê Várzea; **Roberto**
7 **Carvalho** – Representante Comitê Santa Maria; **Adolfo Klein** – Representante
8 Comitê Sinos; **Sergio Cardoso** – Representante Comitê Gravataí; **Régis Silva** –
9 Representante Secretaria da Saúde; **Luis Feijó** – Representante Secretaria da
10 Saúde; **Rejane de Abreu** – Representante DRH/SEMA; **Daiana Althaus** –
11 Representante DRH/SEMA; **Eliandra Santos** – Representante SSP/PATRAM;
12 **Reinaldo Leite** – Representante Secretaria dos Transportes; **Maj. QOEM**
13 **Maurício Ricardo Flores** – Representante SSP/COMAM; **Ricardo Nuncio** –
14 Representante SDR; **Valquíria Chaves** – Representante Secretaria de Minas e
15 Energia; **Leandro Jacobsen** – Representante SEAPI. **Demais Presentes: Maria**
16 **Patrícia Möllmann** – SEMA; **Eldo Frantz Costa** – Comitê Santa Maria;
17 **Fernando Meirelles** - DRH/SEMA; **Gabriel Frota** – CRH/SEMA; **Cátia Vaghetti** –
18 Representante FEPAM. O Presidente **Eduardo Condorelli** dá início à reunião,
19 saudando a todos e, não havendo nenhuma manifestação quanto à inclusão de
20 itens ou alteração da ordem da pauta, entra na ordem do dia. **Item 1. Aprovação**
21 **da ata da 03ª Reunião Ordinária da CTASP/RS:** Os membros da Câmara
22 Técnica dispensam a leitura da ata e o Presidente submete a mesma ao regime
23 de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 2. Minuta com proposta de**
24 **critérios para renovação automática de portarias de outorga de usos não**
25 **consuntivos – Contribuições:** O Presidente **Eduardo Condorelli** coloca que na
26 última reunião da CTASP, se deliberou que esta proposta de minuta fosse
27 enviada aos Comitês e aos membros da CTASP para contribuições até a atual
28 reunião. Expõe que houveram algumas manifestações que foram compiladas em
29 um único documento. Previamente ao debate sobre os encaminhamentos da
30 proposta, **Júlio Salecker** relembra que, na última reunião, já havia apontado que
31 esta minuta esta propondo regramentos sobre o tema da vazão remanescente
32 quando se refere ao setor elétrico e lembra que já há uma resolução, em
33 elaboração, sobre este assunto. Portanto, coloca que deve haver cuidado quanto
34 à sobreposição de resoluções, colocando que a questão da vazão remanescente
35 deve ser definida apenas pela resolução específica para o tema. Após, o
36 Presidente **Eduardo Condorelli** questiona os membros da CTASP sobre o
37 encaminhamento da matéria. Coloca que há as opções de tratar as contribuições,
38 ponto por ponto ou, criar um pequeno grupo de trabalho para finalização da
39 minuta. **Maria Patrícia Möllmann** coloca que, em conversa com Fernando
40 Meirelles, diretor do DRH, percebeu-se a necessidade de uma separação dos
41 usos que alteram o regime hídrico dos que não alteram, como, por exemplo,
42 áreas para lazer como balneários ou áreas para pesca. Coloca que a Lei Federal
43 9.433 expõe que necessitam de outorga os usos que alteram o regime hídrico,
44 porém, os outros usos também devem ser contemplados no SIOUT, a fins de
45 gestão e informação. Portanto, a proposta é separar os usos que necessitam de
46 outorga dos usos que não tem esta obrigatoriedade. O Presidente **Eduardo**
47
48



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

49 **Condorelli** coloca que a ideia é, portanto, a criação do GT para a minuta ser
50 finalizada e retornar à CTASP na próxima reunião. Como deliberação, portanto,
51 ficou acordado montar um pequeno GT para finalizar a minuta e retornar na
52 próxima reunião da CTASP. **Item 3. Minuta para distinção, nas concessões as**
53 **empresas de abastecimento publico, das parcelas de abastecimento as**
54 **populações, usos comerciais e usos industriais, considerando os usos**
55 **prioritários da água – Contribuições:** O Presidente **Eduardo Condorelli** coloca
56 que foram enviadas algumas contribuições para esta minuta e questiona os
57 membros da CTASP qual o melhor encaminhamento para esta matéria. Após
58 breve debate, ficou acordado avaliar todas as contribuições para finalizar a minuta
59 e encaminhar ao CRH. Após avaliar todas as contribuições e o texto compilado, a
60 minuta foi finalizada pelos membros da CTASP e, como deliberação, será
61 encaminhada ao CRH para apreciação na próxima reunião do Conselho. **Item 4.**
62 **Minutas com propostas de redação tratando dos Planos de Barragens para**
63 **todos os tipos de reservatórios de água, visando harmonizar a Lei Federal**
64 **12.334, o Decreto Estadual 52.931 e a Portaria SEMA 136 e Item 5. Minuta**
65 **com proposta de redação que resgate a eficácia das regras estabelecidas**
66 **pele Decreto 52.931 para reservatórios que não são destinados à irrigação:**
67 O Presidente **Eduardo Condorelli** esclarece que há dois temas sendo tratados
68 que envolvem a alteração do Decreto Estadual 52.931. Um deles se refere à
69 harmonização do Decreto 52.931, da Portaria SEMA 136 e da Lei Federal 12.334
70 com relação a obrigatoriedade e parâmetros para exigência de plano de
71 segurança de barragens, envolvendo, inclusive, a figura dos açudes. O outro
72 assunto que está sendo tratado, que é o próximo item da pauta, é sobre os
73 parâmetros de outorga, de alvará de obra entre outros passem a ser utilizados
74 não somente para reservatórios destinados à irrigação, mas também para
75 qualquer outro tipo de reservatório, independente da finalidade. Coloca que os
76 dois assuntos estão sendo debatidos em separado, visando não criar confusões.
77 Porém, sendo finalizado os dois debates, será elaborado uma única
78 recomendação de alteração do Decreto englobando os dois assuntos. Após
79 maiores esclarecimentos, o Presidente coloca que deve-se definir, primeiramente,
80 se serão inseridos os açudes na obrigatoriedade de apresentação de plano de
81 segurança ou se os açudes devem ser retirados da portaria 136. Após breve
82 debate, ficou acordado que os açudes serão incluídos na obrigatoriedade de
83 apresentação de plano de segurança de barragens, assim como contemplado na
84 portaria SEMA 136. O Presidente esclarece os pontos em que o Decreto passa a
85 ser alterado para incluir açudes e barragens no capítulo de segurança de
86 barragens e, sobre os parâmetros para exigência de plano de segurança de
87 barragens, para barragens, se manterão os valores da lei federal. Já para açudes,
88 os limites serão de 10.000.000m³ para qualquer altura do maciço e 5.000.000m³
89 para reservatórios com altura do maciço superior a 9m. Após breve debate, ficou
90 acordado que a Presidência da CTASP, em conjunto com o DRH, irão formar um
91 pequeno GT para finalização da minuta do item 5 da pauta para ser pautada na
92 reunião do CRH de 06 de Junho. Após finalizar a minuta de recomendação de
93 alteração do Decreto, a mesma será encaminhada aos membros da CTASP, para
94 conhecimento e, qualquer necessidade de manifestação, será pautada na reunião
95 do CRH. Foi acordado que os critérios para classificação de açudes e de
96 barragens referentemente às determinações da Lei de Segurança de Barragens



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

97 serão tratados em separado e de acordo com as diferenças entre os dois tipos de
98 obras, mantendo, para barragens, os critérios de classificação quanto a risco e
99 dano associado de acordo com a regulamentação em vigor, determinada pelo
100 CNRH, enquanto que para açudes, que são grande número de obras no Estado
101 do Rio Grande do Sul, serão criados critérios de classificação e respectivos
102 Planos de Segurança e de Ação Emergencial específicos, propostos ao CRH pela
103 CTASP, na sequência dos trabalhos desta Câmara Técnica. Devido ao adiantado
104 do horário, foi acordado que os demais itens constantes da pauta da presente
105 reunião sejam transferidos para apreciação na próxima reunião da Câmara
106 Técnica. Desta forma, o Presidente deu a reunião por encerrada.